

GYÖRGY LUKÁCS

LÊNIN

Um estudo sobre a unidade de seu pensamento

Tradução: **Rubens Enderle**
Apresentação e notas: **Miguel Vedda**



Copyright desta tradução © Boitempo Editorial, 2012
Traduzido do original alemão *Lenin – Studie über den Zusammenhang seiner Gedanken* (Neuwied, Hermann Luchterhand, 1967; 1. ed., Viena, Arbeiterbuchhandlung, 1924)

Coordenação editorial Ivana Jinkings
Editora-adjunta Bibiana Leme
Tradução e índice onomástico Rubens Enderle
Preparação Mariana Echalar
Revisão Mônica Santos
Capa Livia Campos
com base em projeto gráfico de David Amiel
Diagramação e produção Livia Campos

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

L98l

Lukács, György, 1885-1971

Lênin : um estudo sobre a unidade de seu pensamento / György Lukács ; tradução Rubens Enderle ; apresentação e notas Miguel Vedda. - São Paulo : Boitempo, 2012.

Tradução de: Lenin : Studie über den Zusammenhang seiner Gedanken
ISBN 978-85-7559-193-2

1. Lênin, Vladimir Ilitch, 1870-1924. 2. Comunismo. 3. Socialismo. 4. Revoluções. 5. Ciência política. I. Título.

11-8424.

CDD: 335.422
CDU: 330.85

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: fevereiro de 2012
1ª reimpressão: junho de 2017

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br
www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo
www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo

4. O imperialismo: guerra mundial e guerra civil

Mas podemos dizer que entramos no período das lutas revolucionárias decisivas? Já chegamos ao momento em que o proletariado se vê forçado a cumprir sua missão transformadora do mundo sob pena de sua própria derrocada? Não resta dúvida de que nenhuma maturidade ideológica ou organizacional do proletariado poderá decidir isso, se essa maturidade, esse caráter decidido para a luta, não for uma consequência da situação objetiva, econômico-social do mundo, que o impele a essa decisão. E nenhum acontecimento, seja derrota, seja vitória, poderá decidir esse problema. Mais do que isso, um simples acontecimento isolado não pode nem mesmo determinar se um fato representa uma vitória ou uma derrota: somente o nexos com a totalidade do desenvolvimento sócio-histórico é capaz de qualificar um evento isolado como vitória ou derrota em padrão histórico-mundial.

Por isso, a discussão que a social-democracia russa (que na época reunia os partidos menchevique e bolchevique) travou ainda durante a primeira revolução e que chegou ao seu ápice após a derrota desta – a discussão sobre se, ao tratar da revolução, o correto seria escrever 1847 (*antes* da revolução decisiva) ou 1848 (*após a derrota* da revolução) – ultrapassa necessariamente os problemas russos em sentido estrito. Ela só pode ser decidida se a questão acerca do caráter fundamental de nossa época também for decidida. A questão mais estreita, propriamente russa, sobre o fato de a revolução de 1905 ter sido uma revolução proletária e o comportamento – proletário-revolucionário – dos trabalhadores ter sido correto ou “deficiente” também só pode

ser respondida nesse contexto. De qualquer modo, a formulação enérgica da questão já mostra em que direção a resposta tem de ser buscada. Pois a cisão entre direita e esquerda no movimento operário começa cada vez mais a assumir, também fora da Rússia, a forma de uma discussão sobre o caráter geral da época. Uma discussão sobre se certos fenômenos econômicos, observados de modo cada vez mais claro (concentração do capital, importância crescente dos grandes bancos, colonização etc.), são apenas estágios quantitativamente superiores do desenvolvimento “normal” do capitalismo ou se indicam a aproximação de uma nova época do capitalismo: o imperialismo. Se as guerras (guerras dos Bôeres, hispano-americana, russo-japonesa etc.) que se tornaram cada vez mais frequentes após um período de relativa paz devem ser vistas como “acidentais” ou “episódicas”, ou se nelas devem ser vislumbrados os primeiros sinais de um período de guerras cada vez mais violentas. E, finalmente, coloca-se a questão: se o desenvolvimento do capitalismo entrou assim numa nova fase, podemos considerar os velhos métodos de luta do proletariado suficientes para fazer valer seus interesses de classe sob essas condições alteradas? As novas formas da luta de classes do proletariado, surgidas antes e ao longo da revolução russa (greves de massas, levante armado), são acontecimentos de significado puramente local, especial, ou até mesmo “falhas” e “desvios”, ou devem ser consideradas as primeiras tentativas espontâneas – e levadas a cabo com o instinto correto de classe – de adaptar sua ação à situação mundial?

É conhecida a resposta prática de Lênin a esse complexo de questões tão relacionadas entre si. Ela se expressa com maior evidência em sua luta no Congresso de Stuttgart – pouco após a derrota da Revolução Russa, quando ainda não haviam cessado as lamentações dos mencheviques pelo equivocado “ir longe demais” dos trabalhadores russos – a favor de um posicionamento claro e firme da Segunda Internacional contra o perigo iminente de uma guerra mundial imperialista e em sua tentativa de orientar esse posicionamento no que diz respeito *ao que se pode fazer contra essa guerra*.

A proposta de Lênin e Rosa Luxemburgo foi aceita em Stuttgart e, mais tarde, confirmada nos congressos de Copenhague e Basileia. Isso significa que a Internacional passava a admitir oficialmente o perigo iminente de uma guerra mundial imperialista e a necessidade de o proletariado travar uma luta revolucionária contra ela. De modo que, aparentemente, Lênin não ficou sozinho na defesa desse ponto. E o mesmo vale para o reconhecimento do

imperialismo como nova fase do capitalismo. A esquerda inteira, e mesmo partes da ala centrista e de direita da Segunda Internacional, reconheceu a existência dos fatos econômicos que se encontram na base do imperialismo. Hilferding procurou elaborar uma teoria econômica desses novos fenômenos, e Rosa Luxemburgo chegou até mesmo a apresentar o complexo econômico inteiro do imperialismo como consequência necessária do processo de reprodução do capitalismo, integrando organicamente o imperialismo na teoria da história do materialismo histórico e fornecendo, com isso, um fundamento econômico concreto à “teoria do colapso”*. E, no entanto, em agosto de 1914 – e muito tempo depois –, quando Lênin ficou totalmente isolado em seu ponto de vista sobre a guerra mundial, seu isolamento não foi acidental. Mas também não podemos explicá-lo em termos psicológicos ou morais, dizendo, por exemplo, que muitos outros que antes julgavam o imperialismo “correto” trocaram de lado por “covardia” etc. Não. *Os posicionamentos das correntes socialistas singulares em agosto de 1914 foram as consequências lineares e objetivas de suas anteriores posturas teóricas, táticas etc.*

De modo aparentemente paradoxal, a concepção leniniana do imperialismo é, por um lado, uma importante realização teórica e contém, por outro, muito pouco de verdadeiramente novo, se observada como pura teoria econômica. Em muitos sentidos, ela se baseia em Hilferding e não demonstra, vista em termos puramente econômicos, a profundidade e a grandeza da continuidade da teoria marxiana da reprodução realizada por Rosa Luxemburgo. A superioridade de Lênin consiste – e esta é uma proeza teórica sem igual – *em sua articulação concreta da teoria econômica do imperialismo com todas as questões políticas do presente*, transformando a economia da nova fase num fio condutor para todas as ações concretas na conjuntura que se configurava então. Daí, por exemplo, ele ter renunciado a certas visões – extremamente esquerdistas – dos comunistas poloneses durante a guerra, qualificando-as de “economicismo imperialista”; daí sua refutação da concepção kautskiana do “ultraimperialismo”, baseada na esperança da formação de um truste mundial capitalista que fosse favorável à paz e para o qual a guerra mundial seria apenas um meio “contingente”, mas não “adequado”, culminar na denúncia

* Teoria sustentada por Rosa Luxemburgo, segundo a qual o capitalismo se encaminharia necessariamente ao colapso, tendo em vista sua incapacidade de impedir o desenvolvimento de crises. (N. E.)

da separação, estabelecida por Kautsky, entre a economia do imperialismo e sua política. Sem dúvida, a teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo (e a de Pannekoek e outros esquerdistas) não é estritamente economicista. Todos eles – e sobretudo Rosa Luxemburgo – destacam justamente os momentos da economia do imperialismo em que esta assume necessariamente um caráter político (colonização, indústria armamentista etc.). Todavia, essa ligação não se torna concreta. Em outras palavras, Rosa Luxemburgo mostra de maneira definitiva que, em consequência do processo de acumulação, tornou-se inevitável a transição para o imperialismo, a época da luta pelos mercados coloniais e pelas regiões fornecedoras de matéria-prima, pelas possibilidades da exportação do capital etc.; que essa época – a última fase do capitalismo – tem de ser uma época de guerras mundiais. Com isso, porém, ela fundamenta apenas a teoria de *toda* uma época, a teoria desse imperialismo moderno *em geral*. Ela não podia estabelecer uma ponte entre essa teoria e as exigências concretas do presente; as partes concretas de seus artigos publicados sob o pseudônimo de Junius não são de maneira alguma uma consequência necessária da *acumulação do capital*. Nela, a correção teórica do juízo de toda a época não se efetiva num reconhecimento claro das forças motrizes concretas cuja valoração e aproveitamento revolucionário constituem a tarefa prática da teoria marxista.

Mas a superioridade de Lênin nesse ponto não pode ser esgotada com bordões do tipo “genialidade política” ou “aguçado olhar prático” etc. Trata-se antes de uma *superioridade puramente teórica* na avaliação do *processo geral*. Não há uma única decisão prática em sua vida que não tenha sido consequência material e lógica de sua imaginação teórica. E que a máxima fundamental dessa imaginação seja a exigência da análise concreta da situação concreta só desloca a questão para o terreno prático da *realpolitik* aos olhos daqueles que não pensam dialeticamente. *Para os marxistas, a análise concreta da situação concreta* não constitui nenhuma oposição à teoria “pura”, mas, ao contrário, *o ponto culminante da autêntica teoria*, o ponto em que a teoria é verdadeiramente realizada e, por essa razão, transforma-se em práxis.

Essa superioridade teórica deve-se ao fato de que o olhar de Lênin, entre todos os sucessores de Marx, foi o menos distorcido pelas categorias fetichistas de seu ambiente capitalista. A superioridade decisiva da teoria econômica marxiana sobre todos os seus antecessores e sucessores consiste em ter sido metodologicamente bem-sucedida – no que diz respeito às questões mais

intrincadas e que, à primeira vista, requerem categorias econômicas mais puras (portanto, mais puramente fetichistas) – quando deu ao problema um tratamento que evidencia, por trás das categorias “puramente econômicas” e em seus processos evolutivos, aquelas classes cujo ser social é expresso por essas mesmas categorias econômicas. (Basta pensar na diferença entre capital constante e variável em oposição à distinção clássica entre capital fixo e circulante. Apenas por meio dessa diferenciação torna-se visível a estrutura de classes da sociedade burguesa. A formulação marxiana do problema da mais-valia revelou de imediato a divisão classista entre burguesia e proletariado. O crescimento do capital constante mostra essa relação no contexto dinâmico do processo evolutivo da totalidade social e, ao mesmo tempo, desmascara a luta dos diferentes grupos do capital pela repartição da mais-valia.)

A teoria do imperialismo de Lênin é menos uma teoria a respeito de seu surgimento economicamente necessário e de seus limites econômicos – como a de Rosa Luxemburgo – do que uma teoria das forças concretas de classe que o imperialismo desencadeia e que atuam em seu interior; *é a teoria da situação mundial concreta provocada pelo imperialismo*. Quando Lênin investiga a essência do capitalismo monopolista, o que lhe interessa é fundamentalmente essa situação concreta mundial e a divisão de classes que daí surge: como a terra foi repartida *de facto* pelas grandes potências coloniais; as alterações ocorridas na divisão interna entre burguesia e proletariado (camadas parasitárias de rentistas, aristocracia operária etc.). E, sobretudo, como o movimento interno do capitalismo monopolista, em razão do ritmo desigual nos diferentes países, revoga a repartição entre as “zonas de interesse” e outros compromissos firmados e leva a conflitos que só podem ser solucionados pela violência, pela guerra.

À medida que a essência do imperialismo como capitalismo monopolista e sua guerra são determinadas como desenvolvimento e exteriorização necessários da tendência de concentração ainda maior, de monopólio absoluto, a estratificação da sociedade torna-se mais clara em sua relação com essa guerra. Parece ser ingênuo imaginar – *à la* Kautsky – que partes da burguesia, que “não têm interesse” direto no imperialismo ou são até mesmo “discriminadas” por ele, possam ser mobilizadas contra ele. O desenvolvimento monopolístico arrasta com ele toda a burguesia, encontrando uma sustentação (certamente provisória) não apenas na pequena burguesia – em si mesma oscilante –, como também em setores do proletariado. No entanto, é errônea

a afirmação dos céticos de que o proletariado, por sua renúncia inexorável ao imperialismo, acabaria isolado. O desenvolvimento da sociedade capitalista é sempre contraditório, movendo-se por oposições. O capitalismo monopolista cria, pela primeira vez na história, uma economia mundial em sentido próprio; sua guerra, a guerra imperialista é, portanto, a primeira guerra mundial no sentido estrito da palavra. Isso significa que, pela primeira vez na história, as nações oprimidas e exploradas não se encontram apenas numa luta isolada contra seus exploradores, mas são arrastadas com toda a sua existência para o turbilhão da guerra mundial. A política colonialista desenvolvida pelo capitalismo explora os povos coloniais não de modo simplesmente predatório, como foi o caso no início do desenvolvimento do capitalismo, mas *ao mesmo tempo revoluciona sua estrutura social, capitalizando-a*. É óbvio que isso ocorre com o objetivo de uma exploração ainda maior (exportação de capitais etc.); porém, contrariando as intenções do imperialismo, o resultado é que, nos países coloniais, criam-se as bases de um desenvolvimento burguês próprio cuja consequência ideológica necessária é *uma luta pela autonomia nacional*. Isso ainda é acentuado pelo fato de que a guerra imperialista mobiliza todas as reservas humanas disponíveis dos países imperialistas, em parte arrastando os povos coloniais a participar ativamente da luta e em parte provocando o rápido desenvolvimento de sua indústria, portanto acelerando econômica e ideologicamente esse processo.

Mas a situação dos povos coloniais é apenas um caso extremo da relação do capitalismo monopolista com seus explorados. A transição histórica de uma época para outra jamais é consumada de maneira mecânica, como se, por exemplo, um modo de produção só pudesse surgir e tornar-se historicamente efetivo quando o modo de produção superado por ele já tivesse cumprido sua missão transformadora da sociedade. Os modos de produção que superam uns aos outros, as formas sociais e as estratificações de classes correspondentes irrompem na história entrecruzando-se e atuando uns contra os outros. Assim, desenvolvimentos que parecem iguais uns aos outros quando considerados abstratamente (por exemplo, a passagem do feudalismo para o capitalismo) encontram-se, em consequência do meio histórico alterado, numa relação absolutamente diferente com o todo social e histórico e, considerados em si mesmos, assumem uma função e um significado inteiramente novos.

O capitalismo ascendente favoreceu a formação das nações. A partir da estrutura política medieval, fragmentada em pequenas formas de domínio

feudal, ele remodelou a parte da Europa mais desenvolvida do ponto de vista capitalista – após árduas lutas revolucionárias – em grandes nações. Objetivamente falando, as lutas pela unidade na Alemanha e na Itália foram as últimas dessas lutas revolucionárias. Mas, se nesses Estados o capitalismo se desenvolveu em capitalismo monopolista e imperialista, se passou a assumir essa forma mesmo em países atrasados (Rússia, Japão), isso não significa que tenha perdido sua importância na formação das nações no resto do mundo. Ao contrário, *o progressivo desenvolvimento capitalista criou movimentos nacionais em todos os povos da Europa até então “desprovidos de história”*. No entanto, a “luta nacional de libertação” não pôde ser travada como um luta contra o feudalismo ou o absolutismo feudal internos, portanto, como uma luta de caráter indiscutivelmente progressista, mas *teve de se mover no terreno da disputa imperialista das potências mundiais*. Por isso, seu significado histórico, seu valor, depende da função concreta que lhe cabe exercer nesse todo concreto.

Marx soube reconhecer com muita clareza a importância dessa questão. Na época, ela era um problema preponderantemente inglês: o problema da relação da Inglaterra com a Irlanda. E Marx ressalta, com a mais absoluta acuidade:

desconsiderando-se toda a justiça internacional, constitui uma precondição da emancipação da classe trabalhadora inglesa transformar a unidade forçada – isto é, a escravidão da Irlanda – numa união igual e livre, se possível, ou numa separação total, se necessário.

Ele viu claramente, por um lado, que a exploração da Irlanda era o baluarte decisivo do capitalismo inglês, que na época já possuía – e era o único a possuir – um caráter monopolista, e, por outro, que a confusa tomada de posição da classe operária inglesa em relação a esse problema dava lugar a uma divisão entre os oprimidos e a uma luta dos explorados contra outros explorados, em vez de uma luta conjunta contra seus exploradores comuns; portanto, apenas a luta pela libertação nacional da Irlanda podia conduzir à formação de uma frente eficaz na luta do proletariado inglês contra a burguesia inglesa.

Essa concepção de Marx não apenas permaneceu inócua no movimento operário inglês, como não se manteve viva na teoria e na práxis da Segunda Internacional. Também aqui coube a Lênin dar nova vida à teoria, porém uma vida mais ativa e mais concreta do que aquela que ela possuía no próprio Marx. De mera atualidade histórico-mundial, ela se transformou numa ques-

tão crucial do presente e, por essa razão, não foi mais tratada por Lênin de modo teórico, mas sim de modo puramente prático. Nesse contexto, a todos fica claro que o imenso problema que se apresenta para nós – a sublevação de todos os oprimidos, não apenas dos trabalhadores, em escala verdadeiramente mundial – *é o mesmo problema que Lênin não cessou de apontar, desde o início, como núcleo da questão agrária russa contra os narodniki, os marxistas legais, os economistas etc.* Em todos esses casos, trata-se daquilo que Rosa Luxemburgo chamou de mercado “externo” do capitalismo, com o que se deve entender o mercado não capitalista, indiferentemente do fato de ele se encontrar dentro ou fora do território do país. Por um lado, o capitalismo em expansão não pode se manter sem ele; por outro, sua função social em relação a esse mercado consiste na destruição de sua estrutura social originária, em sua capitalização, em sua transformação num mercado – capitalista – “interno”, por meio da qual, porém, ele desenvolve suas tendências à autonomia etc. A relação é, portanto, dialética. Ocorre que Rosa Luxemburgo não conseguiu encontrar, a partir dessa correta e grandiosa perspectiva histórica, o caminho para a solução concreta de questões concretas da guerra mundial. Tal perspectiva permaneceu, em sua obra, uma perspectiva histórica, uma caracterização correta e grandiosa de toda a época. Mas apenas da época como um todo. E coube a Lênin realizar a passagem da teoria à práxis. Tal passagem, contudo – e isso jamais pode ser esquecido –, é ao mesmo tempo um *progresso teórico*, porque é uma passagem do abstrato para o concreto.

Essa passagem do juízo abstratamente correto da realidade histórica atual – a partir da evidenciação da essência revolucionária geral de toda a época imperialista – para o concreto culmina na pergunta a respeito do caráter particular dessa revolução. Uma das maiores realizações teóricas de Marx foi estabelecer com precisão a diferença entre as revoluções burguesa e proletária. Essa diferenciação foi, em parte, de extrema importância prático-tática contra a ilusão de seus contemporâneos e, em parte, ofereceu o único procedimento metodológico adequado para captar com nitidez os elementos verdadeiramente novos, proletário-revolucionários, presentes nos movimentos revolucionários da época. No *marxismo vulgar*, contudo, essa diferenciação se enrijeceu numa separação mecânica. É nessa separação que os oportunistas se baseiam para generalizar esquematicamente a observação empiricamente correta de que toda revolução da época moderna começa como revolução burguesa, por mais que seja atravessada por ações, exigências proletárias etc.

Para os oportunistas, a revolução, nesses casos, é mera revolução burguesa. A tarefa do proletariado é apoiar *essa* revolução. Dessa separação entre revolução burguesa e proletária segue-se que o proletariado *tem de renunciar a seus próprios objetivos revolucionários como classe*.

No entanto, a concepção esquerdista radical – que vê claramente o sofisma mecanicista dessa teoria e tem consciência do caráter proletário-revolucionário de nossa época – também cai numa concepção mecanicista igualmente perigosa. A partir da consciência de que o papel revolucionário histórico-mundial da burguesia chega a seu fim na era imperialista, ela conclui – baseando-se numa separação mecanicista entre revolução burguesa e proletária – que *ingressamos na era da revolução proletária pura*. Esse ponto de vista tem a perigosa consequência prática de ignorar e até mesmo desprezar e rechaçar todos aqueles movimentos de decomposição e fermentação que surgem necessariamente na era imperialista (questão agrária, questão colonial, questão das nacionalidades) e *são objetivamente revolucionárias em seu vínculo com a revolução proletária*; de esses teóricos da revolução proletária pura renunciarem voluntariamente aos mais autênticos e importantes aliados do proletariado; de desprezarem aquele meio revolucionário que dá à revolução proletária uma perspectiva concreta e, assim, esperarem no vácuo uma revolução proletária “pura”, com o que pensam estar ajudando a prepará-la. “Quem espera uma revolução social pura”, diz Lênin, “jamais chegará a vivenciá-la, e é um revolucionário apenas nas palavras, um revolucionário que não entende a verdadeira revolução.”

A verdadeira revolução é a transformação dialética da revolução burguesa em proletária. O fato histórico indiscutível de que a classe dirigente e beneficiária das grandes revoluções burguesas do passado tenha se convertido numa classe objetivamente contrarrevolucionária não significa de modo algum que os problemas objetivos em torno dos quais girava essa revolução estejam socialmente resolvidos, que aquelas camadas da sociedade que tinham um interesse vital em sua solução revolucionária estejam satisfeitas. Ao contrário. A virada contrarrevolucionária da burguesia significa não apenas sua hostilidade contra o proletariado, mas, ao mesmo tempo, o desvio em relação a suas próprias tradições revolucionárias. *Ela abandona ao proletariado o legado de seu passado revolucionário*. O proletariado passa a ser, então, a única classe capaz de levar até o fim, de maneira consequente, a revolução burguesa. Isso significa, por um lado, que apenas no âmbito de uma revolução proletária

podem ser realizadas as exigências ainda atuais da revolução burguesa e, por outro, que a realização conseqüente dessas exigências conduz necessariamente a uma revolução proletária. Hoje, portanto, a revolução proletária significa a um só tempo a efetivação e a superação da revolução burguesa.

O conhecimento correto desse fato abre uma imensa perspectiva para as chances e as possibilidades da revolução proletária. Mas, ao mesmo tempo, impõe enormes exigências ao proletariado revolucionário e a seu partido dirigente. Pois, para encontrar essa passagem dialética, o proletariado tem não apenas de alcançar um conhecimento correto do contexto correto, como também superar em si, no plano prático, todas as inclinações pequeno-burguesas, hábitos de pensamento etc. que bloquearam a visão clara de todos esses nexos. (Por exemplo, os preconceitos nacionais.) Disso resulta, para o proletariado, a necessidade *de elevar-se, mediante sua autossuperação, à posição de guia de todos os oprimidos*. A luta pela autonomia nacional dos povos oprimidos é uma obra grandiosa da autoformação revolucionária, tanto para o proletariado do povo opressor, que, ao conquistar sua plena autonomia nacional, supera seu próprio nacionalismo, quanto para o proletariado do povo oprimido, que, sob a bandeira do federalismo, supera seu nacionalismo em favor da solidariedade proletária internacional. Como diz Lênin: “[...] o proletariado luta pelo socialismo e contra suas próprias fraquezas”. A luta pela revolução, o uso das chances objetivas da situação mundial e a luta interna pela maturidade da consciência revolucionária da classe são momentos inseparáveis de um único e mesmo processo dialético.

Assim, a guerra imperialista cria aliados por toda parte para o proletariado, *quando este luta revolucionariamente contra a burguesia*. Mas quando o proletariado não conhece sua situação e suas tarefas, ela o força a um terrível autodilaceramento em nome da burguesia. A guerra imperialista cria uma situação mundial em que o proletariado pode realmente se tornar o líder de todos os oprimidos e explorados e sua luta de libertação pode se converter no sinal e no guia para a libertação de todos os escravizados do capitalismo. Mas ela cria também uma situação mundial em que milhões e milhões de proletários são obrigados a se assassinar mutuamente com a mais refinada crueldade a fim de assegurar e expandir a posição monopolista de seus exploradores. Qual desses dois destinos está reservado ao proletariado *depende da visão que ele tem de sua situação histórica, de sua consciência de classe*. Pois “os homens fazem a sua própria história”, porém “não são eles quem escolhem as

circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”*. Portanto, não se trata de o proletariado ter de escolher *se quer* ou não lutar, mas *pelos interesses de quem* ele deve lutar, pelos seus próprios ou pelos da burguesia. A questão que a situação histórica impõe ao proletariado é *não a escolha entre a guerra e a paz, mas entre a guerra imperialista e a guerra contra essa guerra: a guerra civil.*

A necessidade da guerra civil como defesa do proletariado contra a guerra imperialista surge, como todas as formas de luta do proletariado, das condições de luta que o desenvolvimento da produção capitalista e da sociedade civil impõe ao proletariado. A atividade do partido, a visão teórica correta servem apenas para dar ao proletariado a força de resistência ou de ataque que, numa situação dada, ele já possui objetivamente em razão de sua posição de classe, mas que, devido a sua imaturidade teórica e organizacional, ele não eleva à altura do objetivamente possível. Foi assim que, antes da guerra imperialista, a greve geral surgiu como reação espontânea do proletariado contra a fase imperialista do capitalismo, e esse fato, que a direita e o centro da Segunda Internacional tentaram encobrir por todos os meios, converteu-se progressivamente num patrimônio teórico da ala radical.

Mas também aqui Lênin foi o único que, desde muito cedo, em 1905, reconheceu que a greve geral não era suficiente como arma na luta decisiva. Quando qualificou o fracassado levante de Moscou como uma etapa crucial e procurou fixar suas experiências concretas – contrapondo-se a Plekhanov, que defendia que “não se devia ter pegado em armas” –, *Lênin fundou teoricamente a tática necessária do proletariado na guerra mundial.* A fase imperialista do capitalismo e, em especial, seu ápice na guerra mundial mostram que o capitalismo chegou ao momento da decisão sobre sua permanência ou derrocada. E com o correto instinto classista próprio de uma classe que está habituada a imperar e tem consciência de que paralelamente à expansão do âmbito de seu poder e ao desenvolvimento de seu aparelho estatal torna-se cada vez mais estreita a base real de sua dominação, ela faz as mais enérgicas tentativas tanto de ampliar essas bases (atraindo as camadas médias, corrompendo a aristocracia operária etc.) quanto de golpear seus inimigos decisivos antes que eles possam lhe oferecer uma resistência efetiva. Por isso, é a burguesia

* Karl Marx, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (São Paulo, Boitempo, 2011), p. 25. (N. E.)

que liquida, em toda parte, as formas “pacíficas” de luta de classes – formas em cujo funcionamento, mesmo que problemático, estava fundada toda a teoria do revisionismo –, preferindo meios de luta “mais enérgicos”. (Basta pensarmos na América.) Ela se apodera do aparelho estatal com força cada vez maior, identificando-se com ele com tamanha energia que mesmo as exigências de aparência meramente econômica da classe trabalhadora chocam-se contra essa muralha, de modo que os trabalhadores são forçados a entrar em luta contra o poder estatal (portanto, mesmo que inconscientemente, a lutar pelo poder do Estado) a fim de evitar a deterioração de sua situação econômica, a perda das posições conquistadas. Assim, por esse desenvolvimento, o proletariado é levado à tática das greves de massas, com que o oportunismo, por medo da revolução, inclina-se sempre a abandonar o já conquistado, em vez de extrair as consequências revolucionárias da situação. Mas a greve geral é, segundo sua essência objetiva, um meio revolucionário. Toda greve geral cria uma situação revolucionária em que a burguesia, com ajuda de seu aparelho estatal, extrai as consequências que lhe são necessárias. Contra esses meios, no entanto, o proletariado é impotente. Também a arma da greve geral fracassa se, diante das armas da burguesia, o proletariado *não recorre também às armas*. Isso significa o esforço para armar a si mesmo, desorganizar o exército da burguesia, que é formado em sua maior parte por trabalhadores e camponeses, voltando as armas da burguesia contra ela mesma. (A revolução de 1905 mostra inúmeros exemplos de um instinto de classe muito correto; nesse ponto, porém, tal instinto não ultrapassa aquilo que ele é: um instinto.)

Ora, a guerra imperialista significa a culminância dessa situação. A burguesia coloca o proletariado diante da escolha: ou matar seus companheiros de classe nos outros países em nome de seus interesses monopolistas, ou morrer por esses interesses, ou derrubar o domínio da burguesia mediante a força armada. Todos os outros meios de luta contra essa violência extrema tornam-se impotentes, pois estão condenados, sem exceção, a despedaçar-se contra o aparelho militar dos Estados imperialistas. Portanto, se o proletariado quer escapar dessa violência extrema, ele próprio tem de assumir a luta contra esse aparelho militar, destruí-lo por dentro e dirigir contra a burguesia as armas que a burguesia imperialista foi forçada a dar ao povo, empregando-as assim para a derrubada do imperialismo.

Portanto, aqui, no plano teórico, não há nada absolutamente extraordinário. Ao contrário. O núcleo da situação é a relação de classe entre burguesia e

proletariado. A guerra, segundo Clausewitz, nada mais é do que a continuação da política, porém ela o é *em todos os sentidos*. Isto é, para a política externa de um Estado, a guerra não apenas significa a extrema e ativa consecução da linha que ele segue em “tempos de paz”, como também, para a divisão interna de classes de um país (e de todo o mundo), a guerra acentua ao máximo e leva ao extremo as tendências que, em tempos de paz, manifestavam-se ativamente no interior da sociedade. Assim, a guerra não cria uma situação absolutamente nova nem para um país nem para uma classe no interior de uma nação. O que ela tem de novo é apenas o fato de que o aumento quantitativo de todos os problemas os converte em problemas qualitativos, provocando assim – e somente assim – uma nova situação.

Considerada do ponto de vista socioeconômico, a guerra não é mais do que uma etapa do desenvolvimento imperialista do capitalismo. Por isso, ela também é, necessariamente, apenas uma etapa na luta do proletariado contra a burguesia. A importância da teoria leniniana do imperialismo reside no fato de Lênin ter estabelecido de maneira teoricamente consequente – o que ninguém conseguiu realizar, além dele – esse nexos entre a guerra mundial e a evolução geral, demonstrando-o claramente à luz dos problemas concretos da guerra. Mas como o materialismo histórico é a teoria da luta de classes proletária, o estabelecimento desse nexos teria ficado incompleto *se a teoria do imperialismo não fosse, ao mesmo tempo, uma teoria das correntes do movimento operário na era imperialista*. Portanto, não bastava apontar claramente como o proletariado teria de atuar de acordo com seus interesses de classe na nova situação mundial criada pela guerra, mas era necessário, ao mesmo tempo, mostrar como se fundamentavam teoricamente os outros posicionamentos “proletários” diante do imperialismo e de sua guerra, quais camadas do proletariado aderiam a essas teorias, elevando-as, assim, à condição de correntes políticas.

Sobretudo, era necessário demonstrar que essas correntes existiam de fato como correntes. Demonstrar que o posicionamento da social-democracia em relação à guerra não foi a consequência de um equívoco (momentâneo), de uma covardia etc., mas uma consequência necessária de sua evolução anterior. Que, portanto, *esse posicionamento tinha de ser compreendido a partir da história do movimento operário* e em conexão com as “diferenças de opinião” existentes no interior da social-democracia (revisonismo etc.). Esse ponto de vista, que teria de ser algo evidente para o método marxista (basta pensar no

tratamento das correntes contemporâneas no *Manifesto Comunista*), não foi aceito com facilidade nem mesmo pelas alas revolucionárias do movimento operário. Mesmo o grupo da “Internacional”, o grupo de Rosa Luxemburgo e Franz Mehring, não estava em condições de pensar e aplicar de forma coerente esse ponto de vista metodológico. Mas é claro que qualquer condenação do oportunismo e de seu posicionamento diante da guerra que não o apreenda como uma corrente historicamente identificável do movimento operário e não conceba seu presente como o resultado orgânico de seu passado é incapaz tanto de se elevar à altura mais elementar da discussão marxista quanto de extrair dessa condenação as consequências prático-concretas e tático-organizacionais que são necessárias no momento da ação.

Para Lênin – e, uma vez mais, apenas para ele –, estava claro desde o início da guerra mundial que a posição de Scheidemann, Plekhanov, Vandervelde etc. em relação a ela não era mais do que a *aplicação consequente dos princípios do revisionismo à situação do presente*.

Mas em que consiste, em suma, a essência do revisionismo? Em primeiro lugar, na tentativa de superar a “unilateralidade” do materialismo histórico, que considera *todos* os fenômenos histórico-sociais *exclusivamente* do ponto de vista classista do proletariado. Já o revisionismo escolhe o ponto de vista dos interesses de “toda a sociedade”. Mas como esses interesses gerais, considerados concretamente, não existem, e como o que poderia mostrar isso é apenas um resultado momentâneo da mútua influência que as classes em luta exercem umas sobre as outras, o revisionista *apreende o resultado sempre cambiante do processo histórico como um ponto de partida metodológico invariável*. Com isso, ele inverte a ordem das coisas também no plano teórico. Do ponto de vista prático, sua essência é, dado seu ponto de partida teórico, um compromisso constante e necessário. O revisionismo é sempre eclético, isto é, procura já teoricamente abafar e neutralizar as oposições entre as classes, convertendo a unidade que só existe em sua cabeça num critério para a avaliação dos acontecimentos.

Em segundo lugar, o revisionista condena por essa razão a *dialética*. Pois a dialética nada mais é do que a expressão conceitual do fato de que o desenvolvimento da sociedade se move, na verdade, por contradições, que essas contradições (as contradições entre as classes, a essência antagonista de seu ser econômico etc.) são a base e o núcleo de todo acontecimento e que a “unidade” da sociedade, na medida em que repousa sobre a divisão de

classes, é apenas um conceito abstrato, um resultado (sempre provisório) da ação recíproca dessas contradições. Mas como a dialética, como método, não é mais do que a formulação teórica do fato social de que a sociedade se desenvolve contraditoriamente, por meio da superação de contradições sucessivas, *portanto de modo revolucionário*, a condenação teórica da dialética significa necessariamente um rompimento de princípio com todo comportamento revolucionário.

Em terceiro lugar, na medida em que os revisionistas se negam a reconhecer a existência efetiva da dialética com seu movimento por contradições – que, por isso, produz sempre o *novo* –, desaparece de seu pensamento o elemento histórico, o concreto, o novo. A realidade que eles vivem está submetida a “leis eternas, brônzeas”, que agem de modo mecânico e esquemático, produzindo incessantemente – e segundo sua essência – *o mesmo*, e às quais os homens estão submetidos de modo fatalista como se fossem leis da natureza. Assim, para saber a direção futura do destino do proletariado, bastaria conhecer essas leis de uma vez por todas. A suposição de que possam surgir situações novas, não previstas por essas leis, ou situações cuja resolução dependa da decisão do proletariado, é algo não científico para os revisionistas. (A superestimação da grande individualidade, da ética etc. é apenas o antípoda necessário dessa concepção.)

Em quarto lugar, essas leis são *as leis do desenvolvimento capitalista*, e ressaltar seu valor supra-histórico implica que, para os revisionistas, tanto quanto para a burguesia, a sociedade capitalista é a realidade, que não pode ser modificada em sua essência. O revisionista não concebe a sociedade burguesa como algo historicamente existente e, por isso, historicamente condenado a perecer, tampouco a ciência como o meio para determinar essa derrocada e trabalhar para acelerá-la, mas – no melhor dos casos – como um meio para melhorar a situação do proletariado *no interior da sociedade burguesa*. Todo pensamento que ultrapassa praticamente o horizonte da sociedade burguesa é, para o revisionismo, um pensamento ilusionista, um utopismo.

Em quinto lugar, o revisionismo adota, por isso, uma posição política “realista”. *Ele sempre sacrifica os interesses reais de toda a classe*, cuja representação consequente chama de utopismo, *em favor dos interesses imediatos de determinados grupos*. E é evidente – já a partir dessas poucas observações – que o revisionismo só se tornou uma corrente efetiva no movimento operário porque o novo desenvolvimento do capitalismo possibilita que certas

camadas da classe operária obtenham – provisoriamente – vantagens econômicas dessa situação. E também porque a forma de organização dos partidos operários assegura a essas camadas e a seus representantes intelectuais uma influência maior do que a que amplas massas revolucionárias do proletariado podem exercer – mesmo que de modo confuso e puramente instintivo.

O ponto em comum entre todas as correntes oportunistas – o fato de que jamais consideram os acontecimentos a partir do ponto de vista do proletariado e, por isso, caem numa *realpolitik* anistórica e não dialética, eclética – conecta suas diferentes concepções da guerra umas às outras e apresenta-as, sem exceção, como consequências necessárias do oportunismo anterior. A submissão incondicional da ala direita às potências imperialistas do “próprio” país deriva organicamente da visão de que a burguesia é a classe dirigente do desenvolvimento histórico e o proletariado é a classe que deve apoiá-la em seu “papel progressista”. Quando Kautsky qualifica a Internacional como ineficaz para a guerra, como mero instrumento da paz, ele não diz nada diferente do que dizia o menchevique russo Tcherevanin, que, após a primeira revolução russa, rompeu em lamentações: “Todavia, no meio do fogo revolucionário, em que os objetivos revolucionários parecem tão próximos de sua realização, é muito difícil traçar uma via para uma tática menchevique razoável” etc.

O oportunismo se diferencia *de acordo com as camadas da burguesia* nas quais ele tenta se apoiar e a cuja submissão ele tenta arrastar o proletariado. Tais camadas podem ser, como na ala direita, a indústria pesada e o capital bancário. Nesse caso, o imperialismo é incondicionalmente reconhecido como necessário. O proletariado deve encontrar a realização de seus interesses *na guerra imperialista, na grandeza, na vitória da “própria” nação*. Ou pode buscar uma aliança com aquelas camadas da burguesia que são forçadas a participar dessa evolução, porém sentem-se relegadas ao segundo plano, praticamente se submetem (e têm de se submeter) ao imperialismo, porém lastimam essa submissão e “desejam” uma mudança nessa situação, e, por essa razão, aspiram ao rápido restabelecimento da paz, ao livre-câmbio, ao retorno do estado de coisas “normal” etc. Sem que, é evidente, jamais estejam em condições de atuar como oponentes ativos do imperialismo. Ao contrário, só podem lutar – em vão – por sua parte no butim imperialista (partes da indústria ligeira, a pequena burguesia etc.). Dessa perspectiva, o imperialismo parece “contingente”; procura-se uma solução pacífica, uma neutralização das contradições. E o proletariado – que o centro quer ver submetido a essas

camadas – não deve lutar ativamente contra a guerra (mas não lutar significa tomar parte ativa na guerra). Ele deve apenas proclamar a necessidade de uma paz “justa” etc.

A Internacional é a expressão orgânica da comunidade de interesses do proletariado mundial. No momento em que se reconhece como teoricamente possível que trabalhadores lutem contra trabalhadores a serviço da burguesia, a Internacional deixa de existir na prática. E no momento em que se torna evidente que essa luta sangrenta de trabalhadores contra trabalhadores em benefício de potências imperialistas rivais é uma consequência necessária do comportamento anterior dos elementos decisivos da Internacional, não se pode mais falar em sua recuperação, em recolocá-la no caminho correto, em seu restabelecimento. Reconhecer o oportunismo como corrente significa *denunciá-lo como o inimigo de classe do proletariado em seu próprio campo*. A extirpação dos oportunistas do seio do movimento operário é, portanto, a condição primeira, indispensável para a luta vitoriosa contra a burguesia. Para a preparação da revolução proletária, é absolutamente necessário que os trabalhadores se libertem, tanto espiritual quanto organizacionalmente, dessa influência que lhes é prejudicial. E como se trata aqui da luta de toda a classe contra a burguesia mundial, depreende-se dessa luta contra o oportunismo, como consequência necessária, a criação de uma nova Internacional proletário-revolucionária.

O mergulho da velha Internacional na lama do oportunismo é a consequência de uma época cujo caráter revolucionário não podia ser detectado na superfície. Sua derrocada, a necessidade de uma nova Internacional, é um sinal de que a passagem para a época das guerras civis tornou-se inevitável. Isso não significa em absoluto que se deva lutar imediata e diariamente nas barricadas, mas sim que essa necessidade *pode* se apresentar a qualquer momento, todos os dias, e que a história pôs a guerra civil na ordem do dia. E um partido do proletariado e mesmo uma Internacional só podem ser eficazes se reconhecerem claramente essa necessidade e prepararem espiritual, material, teórica e organizacionalmente o proletariado para ela e para suas consequências.

Essa preparação tem de começar pela compreensão do caráter da época. Somente quando a classe operária reconhecer na guerra mundial a consequência necessária da evolução imperialista do capitalismo, quando tiver clareza de que *a guerra civil é a única defesa possível* contra sua destruição a serviço do imperialismo, é que poderá ter início a preparação material e

organizacional dessa defesa. E apenas quando essa defesa for eficaz a surda agitação de todos os oprimidos se converterá na aliança com o proletariado em luta por sua libertação. De modo que o proletariado tem de começar por adquirir sua correta consciência de classe, que se apresenta diante dele de modo absolutamente visível, a fim de, com sua ajuda, tornar-se líder da verdadeira luta de libertação, da autêntica revolução mundial. A Internacional, que surge da e para essa luta, é assim a unificação teoricamente clara e apta para a luta dos elementos da classe trabalhadora; ao mesmo tempo, porém, é o órgão e o centro da luta de libertação de todos os oprimidos do mundo inteiro. *Ela é o partido bolchevique, a concepção leniniana do partido em escala mundial.* Da mesma forma como a guerra mundial evidenciou, no macrocosmo de uma gigantesca destruição mundial, as potências do capitalismo decadente e as possibilidades da luta contra ele, assim também Lênin viu muito claramente, no microcosmo do incipiente capitalismo russo, as possibilidades da revolução russa.